



**Patriotismo luso-
brasileiro: a
felicidade e o
bem comum no
imaginário
ilustrado das
primeiras
décadas do século
XIX**

**Wederson de Souza
Gomes¹**

**Luso-Brazilian
patriotism:
happiness and the
common good in the
illustrated imagery
of the first decades
of the nineteenth
century**

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professor de História da Minas Gerais Educação. E-mail: wedersong@live.com

Resumo:

O presente artigo busca analisar o conceito de *patriotismo* no Império luso-brasileiro entre o findar do século XVIII e primeiras décadas do XIX a partir da trajetória política e intelectual de José de Resende Costa Filho. Apesar da polissemia do conceito, cujo uso podia assumir acepções distintas, a noção de *patriotismo* estava alicerçada nos trabalhos para o engrandecimento do império e felicidade da nação. Destarte, analisar a trajetória de Resende Costa Filho é uma oportunidade singular para entrever como parte dessa geração oitocentista vislumbrava ser *patriota*. Um intelectual que esteve no cerne de importantes acontecimentos entre os séculos XVIII e XIX e que carregou em sua experiência de tempo elementos singulares para apreendermos as particularidades do conceito.

Palavras-chave: Resende Costa, patriotismo, inconfidência mineira, felicidade.

Abstract:

The present article seeks to analyze the concept of patriotism in the Luso-Brazilian Empire between the end of the eighteenth century and the first decades of the nineteenth century from the political and intellectual trajectory of José de Resende Costa Filho. Although of the polysemy of the concept, whose use could assume distinct meanings, the notion of patriotism was based on the works for the aggrandizement of the empire and happiness of the nation. Thus, analyzing the trajectory of Resende Costa Filho is a singular opportunity to glimpse as part of this eighth-generation generation glimpsed the patriot being. An intellectual who was at the heart of important events between the eighteenth and nineteenth centuries and who carries in his experience of time unique elements to apprehend the particularities of the concept.

Key words: Resende Costa, patriotism, mining inconfidence, happiness.

Introdução

Conheço muito e muito que a Providência vê-lo sobre a sorte de Portugal, e que este será salvo, tendo a sua testa. O ardor da nação terá resultados espantosos, dirigido por uma mão tão hábil que tanto sabe conhecer os patriotismos para premiar e não vê-lo agonizante como um princípio de repulsão, como sucedia: Graças a Deus¹.

A felicidade e o patriotismo estiveram no cerne das reflexões de José de Resende Costa Filho e de uma geração de políticos e letrados, formados no bojo do Reformismo Ilustrado, no alvorecer do século XIX. Patriotismo era o vocábulo usado pelo intelectual para definir as ações de d. José António de Meneses e Sousa Coutinho – o Principal de Sousa –, irmão de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, no trecho supracitado. O excerto é relevante para refletirmos como uma geração de políticos e intelectuais, que estiveram diretamente envolvidos no âmbito político e burocrático do Estado, vislumbrava o Império luso-brasileiro.

Proeminente político e intelectual, a trajetória de Resende Costa Filho se destaca por seu envolvimento na Inconfidência Mineira (1788-1792) e consequente exílio na porção africana do Império luso-brasileiro (1792-1803), bem como a sua agremiação como membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839. Após seu envolvimento com a Inconfidência Mineira entre os anos 1788-1792, sua reinserção à administração do Império, em 1803, foi possível devido às boas relações que estabeleceu com d. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, e seus familiares.

Após seu retorno ao Brasil, no ano de 1809, o burocrata buscou manter e fortalecer os laços com a família Sousa Coutinho. Em correspondências trocadas com os irmãos de d. Rodrigo, que permaneceram em Portugal após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, Resende Costa Filho os informava sobre os acontecimentos no Brasil, assim como explicitava sua visão acerca da administração imperial. Alocadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, esse conjunto de missivas, trocadas entre os anos de 1810 e 1817, permitiu assimilar o posicionamento do burocrata ante aos distintos eventos que envolveram o império, assim como demonstrar a relevância que o patriotismo assumia para essa geração. A linguagem epistolar teve um papel fundamental durante o período colonial e havia, inclusive, manuais que demonstravam a forma como deveriam ser estruturadas. Era por meio de missivas que os administradores coloniais podiam transmitir informações de relevância ao soberano. Ademais, seu caráter informativo permitia transmitir suas ações, experiências, inquietações em torno dos acontecimentos (CONCEIÇÃO, 2005).

Interessa singularmente à proposta do respectivo ensaio sua acepção acerca do conceito de patriotismo, uma vez que ser patriota significava atuar pelo bem, pela felicidade e pelo fortalecimento das bases do Império. O patriota era, por essência, um agente histórico cujas ações eram condicionadas pelo prazer intelectual e pela felicidade, elementos inerentes

¹ ANTT. Conde de Linhares. Maço 74/32. “Cartas de José Resende Costa para D. Mariana de Sousa Coutinho”, 1810.

à práxis patriótica (MOREL, 2007, p. 18). Nesse sentido, ao escrever sua Memória Histórica dos Diamantes, no ano de 1836, Resende Costa Filho definia o Conde de Linhares como a expressão máxima daquilo que considerava ser o patriotismo, e como as ações do ministro joanino foram substanciais ao engrandecimento do Império luso-brasileiro. O intelectual narra o incansável trabalho realizado por d. Rodrigo para o restabelecimento da fábrica da lapidação de diamantes do Rio de Janeiro, e enfatiza que se tratava da promoção do bem e da felicidade do Império.

El Rei, D. João VI, conhecendo as grandes vantagens que resultariam da introdução desta indústria nos seus reinos, sendo Senhor de um artigo de que a Europa se fornecia pela maior parte, e para não depender de estrangeiros a sua lapidação, com grande dispêndio procurou estabelecê-la mandando vir lapidários: mas, no decurso do tempo, e pelo desmazelo ordinário do Governo, foi reduzida ao maior abatimento, de que arrancou o gênio fervoroso e ilustrado *patriotismo* de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, este grande Ministro de Estado, ao qual nada escapou para promover o bem e felicidade do seu país (COSTA, 1836, p.27-28).

Haja vista que uma das acepções de patriotismo oitocentista significava atuar pelo engrandecimento e fortalecimento do Império, cabe-nos explicitar como esses homens entreviam outros conceitos caros ao período como as noções de pátria e nação. Esclarecimentos concernentes a essa indagação requerem que contemplemos os debates historiográficos acerca dos vocábulos, levando-se em consideração que seus significados conceituais ainda não estavam plenamente delineados. Na transição que envolve os séculos XVIII e XIX podemos perceber a polissemia que o vocábulo pátria ainda possuía. Com contornos que por vezes se confundia com o conceito de nação, o vocábulo pátria, “no mundo ibérico, em especial no período que vai de meados do século 18 à metade do século 19”, foi associado “às Revoluções Atlânticas e, mais especificamente, à conjuntura das guerras napoleônicas” (PAMPLONA, 2014, p.275).

Marco A. Pamplona destaca que durante a modernidade forjou-se um conceito de pátria baseado nos princípios de liberdade e bom governo. Diferente da dimensão religiosa do patriotismo antigo, a terra pátria² representava o espaço de origem e pertencimento, espaço esse que poderia haver leis e governança que contemplassem o bem comum. Os apontamentos de Pamplona reforçam aquilo que foi explorado em trabalhos anteriores como os de István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. Os autores asseveram que a porção americana do Império luso-brasileiro era composta por um mosaico de pátrias e que monarquia portuguesa era o elo coesivo. Esse mosaico brasílico fazia parte daquilo que era a grande nação portuguesa, contudo, no plano regional era possível identificar as inúmeras identidades pátrias coexistentes, que se expressavam como pernambucanos, paulistas, Filhos das Minas, dependendo da região à qual pertenciam (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 69-80).

² Grifo do autor.

Como salientado anteriormente, entre o findar do século XVIII e primórdios do XIX, envolvidos em um contexto revolucionário, havia certa indefinição acerca dos significados de pátria e nação no mundo ibérico. Nesse sentido, François-Xavier Guerra (2003, p. 33-46) assevera que a pátria ocupava um lugar central na linguagem do século XVIII e, durante a era revolucionária, assumia a carga afetiva que o termo nação ainda não possuía. A pátria representava um patrimônio cultural e podia assumir diferentes sentidos de pertencimento. O patriotismo, por seu turno, representava mais que um amor à pátria, este assumia o desejo de servi-la, defendê-la, atuar em seu progresso e buscar sua liberdade e independência. A dualidade contida no conceito de pátria se expressa em escritos de Resende Costa Filho à irmã de d. Rodrigo, d. Mariana de Souza Coutinho, do ano de 1810.

Tenho sido extremamente sensível aos lances em que se tem achado Vossa Excelência e os Excelentíssimos Senhor Principal e a Senhora de Pancas: eu tenho tido a maior satisfação em ver desenvolvido o carácter da Nação, e o heroísmo com que se tem distinguido o vosso Exército ainda mesmo naquelas ações parciais, em que não tem intervindo estrangeiros, a quem devemos na verdade muito: oxalá que eles reconhecidos se convencessem de verdade que talvez ignore o público, e de factos, de que tem resultado os fenômenos e estado, que admiramos.

No trecho supracitado o intelectual demonstra satisfação com as ações empreendidas pelo exército português diante das invasões francesas à península. Os súditos tinham se articulado em defesa do Reino de Portugal, mesmo sem a intervenção do exército britânico, uma valiosa aliança em meio à conturbada transferência da Corte. As ações representavam o heroísmo, a fidelidade e a resistência dos súditos, elementos essenciais para a preservação do Reino e o fortalecimento da nação em guerra. Ainda, na mesma missiva, Resende Costa Filho reforçava:

Quem propôs a vinda dos militares Ingleses para a organização do nosso Exército? Quem deu os planos de fazenda então que deviam regular o Ministro Inglês em suas combinações dos Suprimentos, que se consignarão aos nossos? Quem em todos os e muito ocupado no bem da pátria e salvação da Monarquia antevia os acontecimentos e indicava os meios, que eram propostos por uma boca estranha? Ah, Meu Deus! Vossa Excelência, e eu que os copiava; é que o sabemos: Eu discorro sobre os acontecimentos presentes com uma agitação a maior possível: Eu vejo que o Excelentíssimo Senhor Principal tem feito quanto humanamente se pode fazer em benefício da Pátria³.

Quando analisados os fragmentos apresentados é possível perceber que pátria e nação se coadunam no imaginário do intelectual, de forma que os trabalhos desenvolvidos pelo Principal de Sousa eram pelo bem da pátria e fortalecimento da monarquia, ou seja, tanto o Reino de Portugal quanto o próprio Ultramar. Tratava-se de um somatório de iniciativas que estavam salvaguardando a antiga sede da nação portuguesa diante da forçosa

³ANTT. Conde de Linhares. Maço 74/32. "Cartas de José Resende Costa para D. Mariana de Sousa Coutinho", 1810.

ausência do monarca. Tal como asseverado por Guerra, nas primeiras décadas do oitocentos o vocábulo pátria incorporava a carga semântica que paulatinamente foi sendo transferida ao vocábulo nação. Assim, é importante à proposta deste ensaio uma breve citação extraída dos trabalhos de Jancsó e Pimenta ao analisar os conflitos envolvidos nas Cortes Gerais Constituintes⁴, e que elucidam a complexa imbricação existente entre os conceitos.

Para eles, *pátria* não se confunde com *país*. Este é inequivocamente o Brasil aos quais os eleitos por Portugal querem impor uma “Constituição onde se encontram tantos artigos humilhantes e injuriosos”. A *nação*, por seu turno, desloca-se para outra esfera, já que *pátria* e *país* não encontravam equivalência na abrangência que lhe corresponda. Bahia e São Paulo são suas *pátrias*, o Brasil é seu país, mas a nação à qual pertencem é a portuguesa (ISTVÁN; PIMENTA, 2000, p.391).

Outro aspecto essencial ao exercício da práxis patriótica refere-se à fidelidade e respeito aos monarcas. Resende Costa Filho tinha a preocupação de narrar detalhes que tangenciavam tanto o Império luso-brasileiro quanto os vizinhos hispano-americanos. Em várias de suas missivas pontuava suas inquietações acerca dos rumos que tomaram os conflitos entre as Províncias de Montevideo e Buenos Aires após a deposição do monarca espanhol, Fernando VII, por Napoleão Bonaparte. Seus apontamentos tinham um tom fortemente crítico aos habitantes de Buenos Aires, estes vistos pelo intelectual como pérfidos traidores de seu monarca⁵. Em contrapartida, os habitantes de Montevideo eram definidos como patriotas, uma vez que mantinham a fidelidade e respeito ao monarca espanhol, mesmo que deposto.

Excelentíssimo Senhor, as circunstâncias tem inteiramente mudado; no Rio grande já se não mata carne ou gado para retirar o couro; a grande exportação quer de trigo, quer deste artigo para todo o Brasil, e mesmo colônias Hespanholas, os grandes suprimentos que dá aos *patriotas* de Montevideo, e ainda para Havana levanta os preços a tal modo, que por modo algum interessa a remessa de carne e trigo para Portugal, dando grande prejuízo ao [exportador], que por isso remete só o que lhe dá interesse⁶.

A referência aos habitantes de Montevideo como patriotas é relevante inclusive para pensarmos como o intelectual vislumbrava os desdobramentos da Revolução Francesa

⁴ A reunião em Cortes pela deputação portuguesa e seus membros do Ultramar é um desdobramento da Revolução Liberal do Porto desencadeada em 24 de agosto de 1820. Após a prolongada permanência da família real na porção americana do Império, políticos e membros da elite portuguesa exigiram o retorno do monarca e da Corte para Portugal. Não obstante o retorno, esses homens ensejavam a redação daquela que seria a Constituição do Império luso-brasileiro.

⁵ ANTT. Maço: 0071/35. Conde de Linhares. “Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa”, 1813.

⁶ ANTT. Maço: 0071/35. Conde de Linhares. “Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa”, 1815.

no continente americano, visto que havia diferentes percepções acerca do movimento revolucionário nas diferentes partes do Atlântico. Nas letras de Resende Costa Filho, os súditos da porção portuguesa do continente americano continuavam unidos e organizados, mas o mesmo não ocorria com os vizinhos hispano-americanos que permaneciam em seus intentos desorganizadores.

Se estamos aqui tranquilos, os nossos vizinhos Espanhóis de Buenos Aires prosseguem nos seus passos desorganizadores, inteiramente desunidos com os seus irmãos de Montevideo, que os bloquearam não permitindo as embarcações subirem para aquela Capital⁷.

Ao analisar o conceito de patriotismo nas letras do intelectual no contexto revolucionário das primeiras décadas do século XIX percebemos o imperativo de desnudar a forma como ele vislumbrava a própria noção de revolução. O advento revolucionário francês havia abalado, de forma significativa, as bases das monarquias ibéricas e seus reflexos se fizeram sentir nos domínios americanos. Na porção portuguesa, a Corte se encontrava exilada no Rio de Janeiro (MALERBA, 2000) com o objetivo de salvaguardar a figura do monarca, assim como suas possessões coloniais (SILVA, 2003, p. 183). Os vizinhos hispânicos, por sua vez, assistiram a deposição do monarca espanhol e buscavam lidar com o dramático esvaziamento do poder do rei constituindo juntas governativas (PIMENTA, 2006, p. 47). A revolução assumia, portanto, um caráter bastante negativo na visão daqueles homens do oitocentos, algo que se expressava de forma recorrente nas missivas de Resende Costa Filho aos irmãos de d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Para Montevideo passaram 3\$ mil homens; penso que a verem os 12\$ [mil homens] que devem mandar o Consulado de Cádiz, sucumbirão os de Buenos Aires: os Espanhóis pasmos de que não podendo organizar um Exército na Península em termos de coadjuvar o Exército Anglo luso, se desertam tão largamente para longe: isto, porém me é de um grande bem a sufocar-se a hidra Revolucionária dos Buenaristas⁸.

François Xavier-Guerra (2009, p. 12), buscando compreender as singularidades do contexto revolucionário hispânico, aponta que para os partícipes o que estava em curso era indubitavelmente uma revolução. O autor ressalta que algumas perspectivas historiográficas produzidas consideram que a experiência hispano-americana não poderia ser tratada como revolução, uma vez que os acontecimentos se resumiram apenas a um rearranjo político e econômico do poder por parte dos criollos. Guerra pondera sobre o caráter problemático dessa interpretação, visto que ignora a consciência dos próprios agentes, assim como daquilo que é refletido nas fontes documentais.

João Paulo Garrido Pimenta também se debruçou sobre os acontecimentos que envolveram a região do Rio da Prata – especial destaque aos conflitos entre as províncias de Buenos Aires e Montevideo – durante as guerras napoleônicas. Sua perspectiva é de que na conjuntura das primeiras décadas do século XIX o vocábulo revolução ainda não estava plenamente estabelecido em seu sentido moderno, especialmente no que concerne a um

⁷ ANTT. Conde de Linhares. Maço: 0074/33. “Carta de Resende Costa para Maria Balbina de Sousa”, 1810.

⁸ ANTT. Conde de Linhares. Maço: 74/32 “Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho”, 1813.

movimento que subvertia a ordem estabelecida para constituir uma realidade inovadora. Nessa perspectiva, o vocábulo revolução podia assumir um caráter negativo quando promovia ou conduzia à guerra civil; e positiva quando a revolução era vislumbrada como um projeto reformador (PIMENTA, 2009, p. 57). No contexto luso americano⁹, Pimenta assevera que as experiências no continente a partir da década de 1810 fizeram com que o vocábulo revolução fosse atrelado prioritariamente à supressão da ordem vigente em detrimento de um indicador de reformas mais conservadoras. Todavia, o autor ressalta que essa compreensão se trata de uma tendência e não necessariamente uma postura absoluta.

Acerca das juntas governativas erigidas na região do Rio da Prata, Pimenta assevera que embora os súditos de Buenos Aires declarassem lealdade à monarquia espanhola no momento de sua edificação, o fato de tais juntas se constituírem a partir de novas bases e, em substituição às leis das Índias vigentes, o que se configurava era de fato uma revolução (PIMENTA, 2006, p.79). Mesmo declarando fidelidade ao monarca deposto, Fernando VII, e que atuavam na tentativa de preservar seus reais domínios, paulatinamente os buenaristas adotavam medidas que colidiam com os princípios do absolutismo. Com o fim dos conflitos peninsulares, esses mesmos revolucionários recusaram a soberania do monarca espanhol e deram início à ruptura política a partir do ano de 1815.

A referência ao governo de Buenos Aires como revolucionário se repete em outra correspondência de Resende Costa Filho, datada de 17 de novembro de 1813. A alusão de que os buenaristas eram revolucionários torna-se mais interessante por reforçar o aspecto negativo que o vocábulo revolução assumia para o intelectual e alguns coevos luso-brasileiros diante das experiências peninsulares e dos vizinhos hispânicos¹⁰. No continente europeu, a Revolução Francesa tinha abalado as bases das monarquias vizinhas e desestruturado o Reino de Espanha. Na porção hispano-americana, por sua vez, os revolucionários de Buenos Aires seguiam em seu intento de edificar uma junta governativa autônoma. Os montevidianos, de maneira oposta aos buenaristas, eram enunciados em suas letras como patriotas¹¹. Patriotas por continuarem leais ao monarca espanhol, por demonstrar simpatia a uma possível aliança junto ao monarca português, d. João VI, e sua esposa, a princesa espanhola d. Carlota, além de seguirem firmes em sua fidelidade à dinastia borbônica. Ademais, os posicionamentos observados nas missivas de Resende Costa Filho reforçavam a provisoriedade que o vocábulo revolução ainda representava naquele contexto.

O posicionamento crítico que o intelectual possuía acerca dos revolucionários é relevante para pensarmos a própria fidelidade que ele dedicava à nação e à monarquia portuguesa. Na perspectiva de Resende Costa Filho, as monarquias ibéricas passavam por profundas turbulências, cuja união entre os súditos era condição essencial para conseguir sobrepujar o inimigo e reforçar os laços entre a Mãe Pátria e suas filhas. Num momento de

⁹ O autor remete especialmente aos eventos que envolveram os conflitos entre Buenos Aires e Montevideú, bem como a Revolução Pernambucana de 1817.

¹⁰ ANTT. Conde de Linhares. Maço: 74/32. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho", 1813.

¹¹ ANTT. Conde de Linhares. Maço: 71/35. "Cartas de Resende Costa para o Principal de Sousa", 1813.

fragilidade do Império espanhol, o patriotismo dos montevidéanos se reforçava pela lealdade que dedicavam ao monarca Fernando VII e à sua irmã d. Carlota. Compreendendo que se tratava de fidelidade a uma ideia imaginária mais ampla, neste caso, a monarquia espanhola. Os habitantes de Buenos Aires, no que lhe concerne, se aproveitavam das circunstâncias e agiam de forma desleal junto à monarquia espanhola. Em alguma medida, podemos depreender que no imaginário alguns intelectuais luso-brasileiros a aceção de revolução no despontar do XIX colidia com aquilo que eles vislumbravam como patriotismo, haja vista que, a revolução, naquela conjuntura, representava a desestruturação da ordem.

Sua fidelidade aos monarcas e à própria nação portuguesa torna-se latente ante a revolução desencadeada na capitania de Pernambuco no ano de 1817. Em missiva enviada ao Principal de Sousa durante o período da Revolução, Resende Costa Filho se referia aos envolvidos como “infames rebelados”¹². Os pernambucanos, por sua vez, se autodenominavam patriotas e consideravam legítimas suas reivindicações, especialmente a criação da República de Pernambuco. Entretanto, isso contrastava com aquilo que os contrarrevolucionários e demais contemporâneos adversos ao movimento consideravam como patriotismo. Ao proclamar um Governo Provisório em Pernambuco, que negava a soberania do monarca e defendia a soberania popular, os pernambucanos atentavam diretamente contra aquilo que os contrarrevolucionários entendiam como ações patrióticas. Os contrarrevolucionários compartilhavam da mesma perspectiva de Resende Costa Filho no que se referia ao patriotismo e, em razão disso, entendiam que os revolucionários pernambucanos eram perversos e traidores da nação portuguesa (VILLALTA, 2009, p.75), haja vista que a República de Pernambuco atentava contra a unidade luso-brasileira e negava a autoridade da Corte no Rio de Janeiro.

A aceção de que os revolucionários pernambucanos não seriam patriotas, construída por seus opositores, encontra alguns entraves, pois, como pondera Villalta, o discurso dos revolucionários, por vezes, apelava para o valor da descendência lusitana. Não havia no interior da Revolução Pernambucana diferenciação entre ser português, americano, brasileiro ou pernambucano, visto que todos pertenciam a uma mesma “mãe comum” (VILLALTA, 2009, p.74). A nação portuguesa ainda se apresentava como o tronco comum que unia as diferentes identidades políticas que começavam a ser delineadas no contexto da revolução, demonstrando que a ruptura definitiva ainda não se concretizara.

O brasileiro, enquanto identidade política, já aparecia nos debates do movimento pernambucano de 1817. É válido salientar que esta identidade política ainda não estava plenamente definida, por ainda estar atrelada à identidade portuguesa. Resende Costa Filho, por exemplo, utilizou o vocábulo raras vezes em suas correspondências e quando o fez tinha como objetivo diferenciar aqueles que haviam nascido em Portugal e os que haviam nascido no Brasil. Assim ocorre no caso em que ele diz:

Os nossos Soberanos vivem com boa saúde; eles e a maior parte ou todos os que acompanharão suspirão por voltar a Portugal, voto que é o meu; e apesar de ser brasileiro, achei a minha constituição muito

¹² ANTT. Conde de Linhares. Maço: 71/35. “Cartas de Resende Costa para Principal de Sousa”, 1817.

análoga aos seus ares salutíferos e deliciosos, e em plena resolução de ainda ir ver o belo Arroios¹³.

Ilmar Rohloff destaca que inicialmente o vocábulo brasileiro servia para designar uma profissão, anos mais tarde o brasileiro seria aquele português que após enriquecer no Brasil retornava à pátria de origem. Apesar de o vocábulo brasileiro aparecer nas correspondências de Resende Costa Filho e se repetir nos discursos dos revolucionários pernambucanos, enquanto uma identidade política que agrupasse diferenças sociais distintas (SLEMIAN, 2015, p. 91-120), assim como o pertencimento à nação brasileira, foi uma experiência que só se delineou após a ruptura política em 1822 (ROHLOFF, 2005, p.16).

Por fim, reforçava-se, com a eclosão do movimento pernambucano de 1817, o caráter negativo que a ideia de revolução representava para Resende Costa, assim como para os partidários da contrarrevolução. A Revolução Pernambucana representava uma ruptura com o modelo político vigente, ensejando instaurar uma nova ordem ou um novo pacto político e, em razão disso, era compreendida pelos contrarrevolucionários como infidelidade, desordem e anarquia. Tratava-se de um projeto político que feria o fortalecimento do grande Império luso-brasileiro (LYRA, 1994, p.162) e aviltava a carta de lei do ano de 1815 que elevou o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves (WEHLING, A; WEHLING, M. J; 2011).

Tais inquietações refletem não apenas o imaginário de Resende Costa Filho, mas de um grupo de reformistas ilustrados que buscavam fortalecer o enlace entre as distintas porções do Império, vislumbrando com isso uma política de complementaridade entre Portugal – a Mãe Pátria – e suas possessões. A felicidade e o bem comum da pátria dependiam diretamente de um nexos feliz entre as distintas partes do Império. Os intelectuais e políticos luso-brasileiros, capitaneados inicialmente por d. Rodrigo, propunham políticas que reforçassem esses laços (CARDOSO, 2001, p.79), especialmente após as sedições que aconteceram no final do século XVIII¹⁴. A política de complementaridade se alicerçava na lógica de que a porção americana do Império deveria investir naquele que era o seu maior potencial, a agricultura. Assim, os negociantes da colônia deveriam investir e explorar ao máximo o potencial agrícola, bem como deveriam evitar contrastar diretamente com Portugal. Cabia à porção europeia o investimento em fábricas e manufaturados, para que com isso fosse mantido o equilíbrio e o enlace entre as partes.

O Brasil oferece ao presente o prospecto de uma grandeza imensa para o futuro: o comércio cresce com uma rapidez espantosa para o futuro; se o Negociante Nacional percebe menor interesse pela concorrência de estrangeiros a agricultura tem tido vantagens

¹³ ANTT. Conde de Linhares. Maço: 74/32. “Carta de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho”. A carta não continha a data de envio.

¹⁴ José Joaquim de Azeredo Coutinho apresentava em seu *Ensaio Económico* no final do século XVIII, apontamentos acerca da política de complementaridade, bem como o potencial de cada uma das partes do Império. Um conhecimento mais aprofundado desse imaginário pode ser encontrado em: COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal*. Academia de Lisboa, 1794.

decididas: O Ex^{mo}. Senhor Conde de Linhares tem feito a aquisição de salitre; vai procurar iguais vantagens no Cânhamo; Penso ter-se descoberto uma mina de azougue [aos] poucos de Vila Rica, que a realizar-se é de resultados incalculáveis¹⁵.

Resende Costa Filho enunciava e propunha quais as potencialidades do Brasil que deveriam ser exploradas, além de ressaltar as ações que vinham sendo empreendidas para o desenvolvimento fabril e agrícola da porção americana. Era um entusiasta das relações existentes entre Portugal e a Grã-Bretanha, bem como era responsável por intermediar as relações anglo-lusitanas no que concernia à administração da fábrica de lapidação de diamantes (COSTA, 1836, p. 26-27). Havia resistência entre diferentes segmentos do Império acerca dessas relações e isso incluía tanto os segmentos políticos quanto os grandes negociantes portugueses. O maior entrave para alguns desses negociantes eram os tratados de amizade, comércio e navegação selados no ano de 1810. As tratativas eram entendidas como prejudiciais aos interesses dos negociantes portugueses e um favorecimento aos negociantes ingleses, uma vez que os britânicos tinham menor taxação e maiores privilégios nos portos do Brasil (KIRSCHNER, 2010, p. 231). Resende Costa Filho enxergava positivamente os acordos selados em 1810, ponderando que “tantos bens [iam] de resultar à Monarquia”, bem como fortalecer as bases do Império¹⁶.

Apesar de enxergar positivamente a aliança anglo-lusitana, o intelectual era crítico à exigência de abolição gradual do tráfico de escravos imposta pelos britânicos por meio dos tratados de 1810, uma vez que o comércio e a mão de obra escrava eram altamente lucrativos aos negociantes e a própria elite agrária (SAMPAIO, 2007, p.229).

Os Ingleses têm tomado 19 embarcações Bayonezas na Costa da Mina e duas desta Praça, todas de comércio da escravatura: Assim se reverão no mundo o prazer e o desgosto; as glórias de uma aliança na Europa coroada de triunfos e vitórias com os desgostos de um proceder tão arbitrário¹⁷.

Sendo a agricultura e o desenvolvimento agrícola o maior potencial do Brasil, Resende Costa Filho entendia que a abolição gradual da escravidão era um entrave aos interesses do comércio. Isso se explica pelo fato de que seu cunhado em Minas Gerais, Gervásio Pereira Alvim, estava envolvido com a escravatura, assim como seu amigo Manuel Jacinto Nogueira da Gama, que era membro de uma das famílias de negociantes de grosso trato mais abastadas do Rio de Janeiro desde meados do século XVIII, grupo ao qual Resende Costa Filho estava alinhado por laços familiares e políticos¹⁸. A manutenção do tráfico

¹⁵ ANTT. Maço: 74/32. Conde de Linhares. “Cartas de José de Resende Costa para Mariana de Sousa”, 1810.

¹⁶ ANTT. Conde de Linhares. Maço 74/32. “Cartas de José Resende Costa para D. Maria Balbina de Sousa Coutinho”, 1810.

¹⁷ ANTT. Conde de Linhares. Maço 74/32. “Carta de José de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho”, 1812.

¹⁸ Resende Costa Filho contou com o apoio de Manuel Jacinto Nogueira da Gama para estabelecer boas relações com o Conde de Linhares, assim como para as funções que desempenhou no Erário Régio de Lisboa. Nogueira da Gama atuava na burocracia estatal do império, bem como fazia parte da família Carneiro Leão, uma das mais proeminentes famílias de negociantes do Rio de Janeiro. Quando Resende Costa Filho chegou ao Rio de Janeiro, em março de 1810, ficou hospedado na casa de Nogueira da Gama e com ele manteve ótimas

negreiro era um imperativo para os negociantes de grosso trato, uma vez que eles controlavam o comércio transatlântico de escravos e eram detentores dos grandes latifúndios.

Destarte, a abolição gradual do tráfico negreiro foi uma discussão que movimentou o império na primeira metade do século XIX e se revelou bastante conflituosa junto aos mais distintos grupos que orbitavam no circuito palaciano do império. O debate acerca da instituição escravista se intensificou substantivamente com a eminência da ruptura política em 1822 e foi objeto das mais acaloradas contendas durante o Primeiro e Segundo Reinados. Com uma diversidade étnica tão grande espalhada em todo o território do Brasil, estadistas como José Bonifácio de Andrada já apresentavam inquietações acerca da questão em seus escritos.

Foram os portugueses os primeiros que, desde o tempo do Infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres, e vende-los como escravos nos mercados Europeus e Americanos. Ainda hoje perto de 40 mil criaturas humanas são anualmente arrancadas d'África e privadas de seus lares, de seus pais, filhos e irmãos, transportados às nossas regiões, sem a menor esperança de respirarem outra vez os pátrios ares (SILVA, 1827, p. 9).

A escravidão se apresentava, por vezes, nas palavras de Bonifácio, como um entrave ao progresso do Brasil e, nesse sentido, o estadista enunciava os malefícios do comércio de escravos, assim como enfatizava a crueldade da prática. Ademais, ele ressaltava que a escravatura não era propriamente lucrativa e válida à realidade do Brasil, visto que os custos envolvidos para a manutenção das terras e do cativo impactavam diretamente no lucro.

A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens ignorantes e fantásticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição de terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e seu curativo, as mortes numerosas filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos e quilombos, claro fica, que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil (SILVA, 1827, p. 9).

Ainda nas palavras de Bonifácio, a escravatura no Brasil resultava em enormes prejuízos ao Estado, “pois se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de

relações. A rede de sociabilidade estabelecida com o grupo de *negociantes de grosso trato* era decorrente de sua atuação burocrática em instituições responsáveis pela organização do comércio, além de seus interesses particulares, haja vista que seu cunhado era um importante negociante em Minas Gerais. Seu alinhamento aos projetos políticos dos negociantes contemplava tanto interesses da corporação quanto a defesa de interesses familiares. Um panorama pormenorizado acerca da questão pode ser encontrado no trabalho de Paula Chaves, 2014.

escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas como maninhas” (SILVA, 1827, p. 10).

Não é nosso intento enveredar pelo debate acerca da extinção ou manutenção do tráfico negreiro, contudo, por se tratar de uma querela que incidia diretamente sobre o projeto de um poderoso império luso-brasileiro, os posicionamentos contrastantes denotam as distintas visões de felicidade e bem comum que se desenhavam no limiar do XIX. Bonifácio de Andrada representava um dos segmentos existentes no Brasil oitocentista e que via negativamente a manutenção da prática escravista. Diametralmente opostos, tínhamos o segmento representado por homens como Resende Costa Filho e Nogueira da Gama, que não apenas defendiam a prática do comércio de escravos, como alguns deles tinham enriquecido de forma substantiva com o tráfico transatlântico desde o século XVII (FRAGOSO, 2001, p. 331).

Analisar os projetos políticos para o engrandecimento do Império luso-brasileiro e, mais tarde Império do Brasil, permite perceber os sentidos que patriotismo e, conseqüentemente felicidade, poderiam assumir aos políticos e intelectuais das primeiras décadas do oitocentos. Apesar de haver certo consenso de que o patriotismo se configurava nos trabalhos empregados pelo bem da pátria – nesse caso assumindo o sentido de nação –, os projetos políticos poderiam ser distintos entre esses homens. Isso porque, tal como assevera Reinhart Koselleck (2006, p. 305-327), a Modernidade representou uma nova experiência de tempo, um tempo histórico fortemente acelerado. Essa geração de homens do oitocentos estava sendo submetida às mais diferenciadas experiências e sua assimilação variava de acordo com os projetos políticos ensejados. Com um reduzido espaço de experiência, cada vez mais precisavam se adequar à realidade antes mesmo de compreendê-la corretamente¹⁹.

O que pode ser observado em uma análise acerca do conceito de patriotismo entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX é que ele podia ser vislumbrado em situações e formas distintas, mas a sua finalidade primordial era o bem da pátria. Pensemos, por exemplo, a noção de patriotismo defendida por Resende Costa Filho. Para o intelectual, o fazer patriótico representava o trabalho para que fosse edificado um poderoso Império luso-brasileiro. Um império em que a Mãe Pátria e suas filhas se entrelaçassem e avançassem cada qual em suas potencialidades. Isto posto, o patriotismo denotava um ardoroso trabalho para que as bases do império se tornassem cada vez mais sólidas. Arelado a isso, o patriota era alguém cujo fazer intelectual era empregado ao bem comum e felicidade de sua pátria. Projetos que incorressem em separatismo ou ataque à unidade monárquica afrontavam diretamente essa noção de bem comum e felicidade, por isso sua visão crítica a respeito da Revolução Pernambucana.

Os revolucionários de Pernambuco, por sua vez, acreditavam que com o estabelecimento do Governo Provisório e, conseqüentemente da República, estavam trabalhando em favor da felicidade dos pernambucanos. Nesse sentido, estariam atuando

¹⁹ Na esteira das proposições teóricas de Reinhart Koselleck acerca da aceleração do tempo histórico, os trabalhos de João Paulo Garrido Pimenta (2015) e Andréa Slemian (2006), basilares a essa pesquisa, trazem a perspectiva que as novas experiências tiveram papel singular nas ações desses homens do alvorecer oitocentistas. Não obstante, o processo de independência hispano-americana servia como um laboratório àqueles homens que entreviam o risco que estava posto desde a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

pela felicidade de sua pátria, a pátria pernambucana, e não necessariamente pela da nação portuguesa²⁰. A revolução pretendida pelos pernambucanos não representava para eles uma traição, mas a edificação e o bem comum dos patriotas pernambucanos.

Salvaguardadas as especificidades de cada um dos acontecimentos, a felicidade da pátria era o objetivo maior desses homens e por isso lutavam, bem como defendiam seus projetos políticos arduamente. A revolução ocupava um espaço singularmente negativo no imaginário dos ilustrados luso-brasileiros das primeiras décadas do oitocentos, visto que o movimento revolucionário francês produziu a subversão da ordem europeia. As visões contrastantes sobre a escravidão demonstram que a felicidade da pátria poderia assumir contornos distintos quando pensada em suas singularidades. Mesmo que defendessem um projeto imperial para se constituir um poderoso império, esses homens podiam divergir quanto às ações e critérios a serem adotados. Apesar da ausência de consenso, a felicidade e fortalecimento do Império era o objetivo maior de todos, todavia a forma como ela se daria podia variar dentre os distintos segmentos e projetos políticos ensejados no período.

Artigo recebido em 20 de maio de 2019.

Aprovado para publicação em 09 de julho de 2019.

Referências

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Lidas novamente... A escrita de cartas como prática do governo colonial (século XVIII). ANPUH – XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 2001.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.

²⁰ Reforçando o que anteriormente foi pontuado, para István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta em *Peças de um Mosaico*, pátria era um conceito polissêmico, mas, em geral, era empregado para designar o local de nascimento ou origem. A pátria para muitos era sua Capitania ou Província. A nação era portuguesa, mas ela englobava os pernambucanos, Filhos das Minas, dentre outros.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira*. Revista de História das Ideias, Coimbra, v.21, 2000, p. 389-440.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. D. Rodrigo de Souza Coutinho e os ilustrados da Corte de D. João. In: MOTA, Márcia (Orgs.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de Experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.

KURY, Lorelai. Descrever a pátria, difundir o saber. In: *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso império Portugal e Brasil: Bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: Repúblicas das Letras e Imprensa na Crise do Império Português na América. In: *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

PAMPLONA, Marcos A. Pátria. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828). 2ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

PINTO, Paula Chaves Teixeira. *De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: Movimentações familiares e trocas mercantis (c.1790 – c.1880)*. Tese de Doutorado. PPGHIS, UFF, Rio de Janeiro, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, n.1, pp.8-26, maio de 2005.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de Sampaio. A formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: *Conquistadores e Negociantes: História das elites e Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Editora Hucitec LTDA, 2003.

SLEMIAN, Andréa. Portugal, o Brasil e os Brasis: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. *Montevideo: Claves Revista*, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro: Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *REVISTA USP*, São Paulo, n.58, 2003, p. 58-91.

WEHLING, Arno; WEHLING, M. J. Soberania sem Independência: Aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 16, 2011, p.89-116.

Fontes Documentais

Correspondências: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Conde de Linhares. “*Carta de José de Resende Costa para Maria Balbina Sousa Coutinho*”. Maço: 74/33_m0001 a m0012.

Conde de Linhares. “*Cartas de José de Resende Costa para Mariana de Souza Coutinho*”. Maço 74/32_m0001 a m0074.

Conde de Linhares. “*Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa*”. Maço: 71/35_m0001 a m0052.

Documentos:

COSTA, José de Rezende. *Memória Histórica dos Diamantes*. Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C, 1836.

COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal*. Academia de Lisboa, 1794.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. Representação a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Paris: Typographia de Firmin Didot. Impressor D’el Rei, Rua Jacob, nº24. Biblioteca do Senado.